

SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE AVÔ
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 500968705

Moeda: (Valores em Euros)

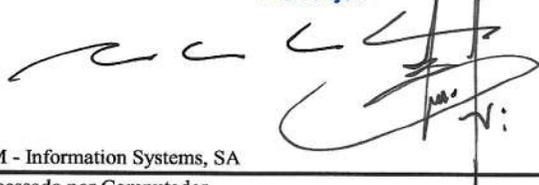
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.199.255,94	1.235.359,48
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	27.416,96	0,00
Investimentos financeiros	17.1	4.418,72	3.734,36
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1.231.091,62	1.239.093,84
Activo corrente			
Inventários	9	15.681,54	14.305,48
Créditos a receber	17.3, 17.4	30.723,51	22.227,39
Estado e outros entes públicos	17.10	2.305,20	2.933,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	545,00	515,00
Diferimentos	17.5	3.668,48	2.880,71
Outros ativos correntes	17.6	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	17.7	664.962,55	504.722,90
		717.886,28	547.585,03
Total do ativo		1.948.977,90	1.786.678,87
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	2.684,37	2.684,37
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.8	1.569.701,25	1.323.191,42
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	85.716,06	81.493,88
		1.658.101,68	1.407.369,67
Resultado líquido do período		94.654,03	229.815,33
Total dos fundos patrimoniais		1.752.755,71	1.637.185,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	49.264,59	27.834,62
Estado e outros entes públicos	17.10	23.735,05	22.368,37
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	0,00	2.184,20
Diferimentos	17.5	27.311,55	0,00
Outros passivos correntes	17.11	95.911,00	97.106,68
		196.222,19	149.493,87
Total do passivo		196.222,19	149.493,87
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.948.977,90	1.786.678,87

A Direção

Contabilista Certificado

SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE AVÔ

A Direcção



SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE AVÔ
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 500968705

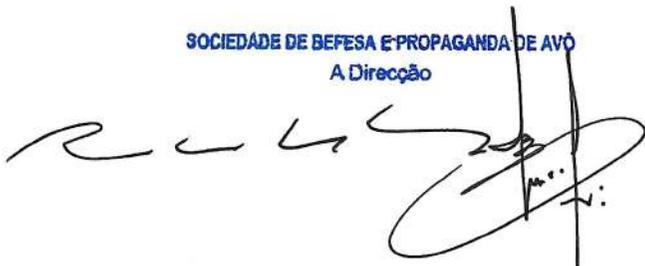
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	10	530.439,59	473.639,78
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	476.528,99	620.113,04
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	152.801,69	146.989,59
Fornecimentos e serviços externos	17.14	220.740,40	191.159,44
Gastos com o pessoal	15	518.656,28	472.562,41
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.18	-215,00	6.002,52
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.15	62.105,13	20.742,48
Outros gastos	17.16	16.676,82	4.319,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		160.413,52	293.461,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	61.833,51	59.563,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		98.580,01	233.898,29
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	0,00	30,00
Juros e gastos similares suportados	17.17	3.925,98	4.112,96
Resultados antes de impostos		94.654,03	229.815,33
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		94.654,03	229.815,33

A Direção

Contabilista Certificado

SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE AVÔ
A Direção





SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE AVÔ
Contribuinte: 500968705

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIA - 2022

GASTOS	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	Lar	TOTAL
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	764,008	16 808,186	135 229,496	152 801,690
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	764,008	16 808,186	135 229,496	152 801,690
Fornecimentos e Serviços Externos	1 103,702	24 281,444	195 355,254	220 740,400
Serviços Especializados	421,735	9 278,171	74 647,104	84 347,010
Material	130,559	2 872,300	23 108,961	26 111,820
Energia e fluídos	344,765	7 584,821	61 023,334	68 952,920
Deslocações, estadas e transportes	1,257	27,649	222,445	251,350
Serviços Diversos	205,387	4 518,503	36 353,411	41 077,300
Gastos com Pessoal	18 477,130	40 682,102	459 497,048	518 656,280
Remunerações Certas	14 202,510	31 270,439	353 194,001	398 666,950
Remunerações Adicionais	947,017	2 085,099	23 550,815	26 582,930
Indemnizações	0,000	0,000	0,000	0,000
Encargos Segurança Social	3 132,913	6 897,904	77 910,593	87 941,410
Seguro Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	137,313	302,329	3 414,749	3 854,390
Outros Gastos com o Pessoal	57,378	126,331	1 426,891	1 610,600
Gastos de Depreciação e Amortização	309,168	6 801,686	54 722,656	61 833,510
Ativos fixos tangíveis	309,168	6 801,686	54 722,656	61 833,510
Perdas por Imparidade	0,000	0,000	0,000	0,000
Em dívidas a receber	0,000	0,000	0,000	0,000
Perdas por Reduções do Justo Valor	0,000	0,000	0,000	0,000
Em investimentos financeiros	0,000	0,000	0,000	0,000
Outros Gastos	2 268,939	12 871,645	1 536,236	16 676,820
Impostos	2,504	55,081	443,155	500,740
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,001	0,030	0,239	0,270
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,013	0,287	2,310	2,610
Outros	2 266,421	12 816,246	1 090,532	16 173,200
Correções rel.exerc.anteriores (Comp.S.S.)	2 260,260	12 680,700	0,000	14 940,960
Correções rel.exerc.anteriores (outras)	0,934	20,549	165,327	186,810
Outros	5,227	114,997	925,206	1 045,430
Gastos de Financiamento	19,630	431,858	3 474,492	3 925,980
Juros suportados	0,089	1,956	15,735	17,780
Outros gastos de financiamento	19,541	429,902	3 458,757	3 908,200
TOTAL DOS GASTOS	22 942,577	101 876,920	849 815,182	974 634,680
RENDIMENTOS	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	Lar	TOTAL
Prestação de Serviços	2 172,750	22 622,890	505 643,950	530 439,590
Mensalidade de Utentes	2 162,900	22 406,190	503 900,500	528 469,590
Quotizações e Jóias	9,850	216,700	1 743,450	1 970,000
Subsídios à Exploração	4 414,456	77 359,943	394 754,591	476 528,990
Subsídios das Entidades Públicas	4 371,503	76 414,995	387 152,052	467 938,550
Centro Regional de Segurança Social-Compant.	4 301,450	74 873,820	374 752,600	453 927,870
Centro Regional de Segurança Social-Outros	0,000	0,000	0,000	0,000
Outros	70,053	1 541,175	12 399,452	14 010,680
Subsídios de Outras Entidades	0,000	0,000	0,000	0,000
Doações e Heranças	42,952	944,948	7 602,539	8 590,440
Reversões	1,075	23,650	190,275	215,000
De perdas por imparidade	1,075	23,650	190,275	215,000
Ganhos por aumentos de justo valor	0,000	0,000	0,000	0,000
Em investimentos financeiros	0,000	0,000	0,000	0,000
Outros Rendimentos e Ganhos	761,287	6 081,843	55 262,000	62 105,130
Rendimentos Suplementares	14,230	313,060	2 518,710	2 846,000
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,000	0,000	0,000	0,000
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,008	0,173	1,389	1,570
Rendimentos em Investimentos não Financeiros	241,533	5 313,734	42 751,403	48 306,670
Outros	505,516	454,876	9 990,497	10 950,890
Correções rel.exerc.anteriores (ISS)	484,840	0,000	6 330,810	6 815,650
Correções rel.exerc.anteriores (Outros)	0,179	3,930	31,621	35,730
Imputação subsídios ao investimento	20,417	449,165	3 613,738	4 083,320
Outros	0,081	1,781	14,328	16,190
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	0,000	0,000	0,000	0,000
Juros Obtidos	0,000	0,000	0,000	0,000
Dividendos Obtidos	0,000	0,000	0,000	0,000
Outros rendimentos similares	0,000	0,000	0,000	0,000
TOTAL DOS RENDIMENTOS	7 349,568	106 088,326	955 850,816	1 069 288,710
Resultado Líquido	-15 593,009	4 211,406	106 035,634	94 654,030

Crítérios de imputação:

Dos gastos e receitas comuns

Imputação de acordo com o número médio de utentes em cada valência

Centro de Dia
Apoio Domiciliário
Lar

	Nº médio utentes	% Imputação
790,034	2,42	0,50%
562,980	15,08	11,00%
1102,225	64,25	88,50%
	<hr/>	
	81,75	100,00%

Gastos com Pessoal

Imputação de acordo com a % efetiva de trabalho em cada valência

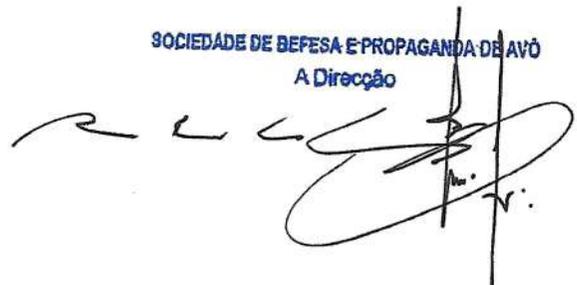
Centro de Dia
Apoio Domiciliário
Lar

	Nº médio trabalhadores:	% Imputação
	1,14	3,56%
	2,51	7,84%
	28,35	88,59%
	<hr/>	
	32,00	100,00%

Mensalidades de Utentes e Subsídios do CRSS

Imputação real

SOCIEDADE DE BEPESA E PROPAGANDA DE AVÔ
A Direcção



SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE AVÔ
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes	3.2.1; 17.7	551.043,94	499.384,96
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		414.543,69	375.725,68
Pagamentos ao pessoal		315.213,85	294.100,37
Caixa gerada pelas operações		-178.713,60	-170.441,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		315.239,30	-156.319,12
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		136.525,70	-326.760,21
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		52.423,25	21.718,75
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		56.080,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		17.500,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		21.156,75	-21.718,75
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		4.930,00	174.537,67
Outras operações de financiamentos		0,00	442.403,26
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		2.183,82	2.770,33
Juros e gastos similares		188,98	4.899,13
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		2.557,20	609.271,47
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		160.239,65	260.792,51
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		504.722,90	243.930,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período		664.962,55	504.722,90

A Direção

Contabilista Certificado

SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE AVÔ

A Direcção





SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE AVÔ

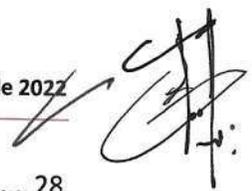
Anexo

31 de dezembro de 2022

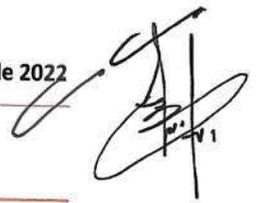


Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas	6
3.1	Bases de Apresentação	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	18
5	Ativos Fixos Tangíveis	18
6	Ativos Intangíveis	19
7	Locações	21
8	Custos de Empréstimos Obtidos	21
9	Inventários	22
10	Rédito	22
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	22
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	22
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	23
14	Imposto sobre o Rendimento	23
15	Benefícios dos empregados	23
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	24
17	Outras Informações	24
17.1	Investimentos Financeiros	24
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	24
17.3	Clientes e Utentes	25
17.4	Outras contas a receber	25
17.5	Diferimentos	25
17.6	Outros Ativos Financeiros	26
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	26
17.8	Fundos Patrimoniais	26
17.9	Fornecedores	26
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	27
17.11	Outras Contas a Pagar	27
17.12	Outros Passivos Financeiros	27
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	27
17.14	Fornecimentos e serviços externos	28



17.15 Outros rendimentos.....	28
17.16 Outros gastos.....	28
17.17 Resultados Financeiros	29
17.19 Acontecimentos após data de Balanço	29



1 Identificação da Entidade

A Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô, constituída sob a forma jurídica de Associação de Solidariedade Social, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, de utilidade pública, sem fins lucrativos. A sua sede social sita na Rua Aristides Gonçalves da Costa, Nº 6 - Bairro Novo, 3400 - 365 Avô, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

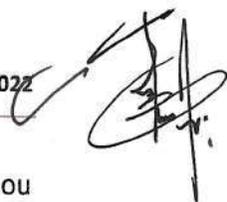
A Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô foi criada em Assembleia Geral, por aprovação dos seus primeiros Estatutos, em 07 de Abril de 1956, e constituída por Alvará do Governo Civil de Coimbra, em 01 de Maio de 1957. Encontra-se registada, a título definitivo, na Direção Geral da Segurança Social, desde 01 de Fevereiro de 1989, sob o número 36/89 a folhas 62 e 62 Verso, em conformidade com o Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, tendo sido efetuada a respetiva publicação no diário número 287, série III, página 16430 em 14 de dezembro de 1990.

Os objetivos e atividades "principais" da Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô concretizam-se mediante a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio às pessoas idosas;
- d) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- e) Apoio à integração social e comunitária;
- f) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades de doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- g) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- h) Criar equipamentos e adaptar ou manter os existentes.

Para a prossecução destes objetivos, a Instituição propôs-se criar e manter as seguintes atividades:

- a) Acompanhamento, sinalização e encaminhamento de situações identificadas para organismos competentes;
- b) Apoio através das valências de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Dia (CD);
- c) Apoio através de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI);



- d) Na cedência de equipamentos ortopédico-hospitalares, adequados a cada deficiência ou incapacidade, através do Banco de Ajudas Técnicas (BAT);
- e) Promover ações de formação e sensibilização à comunidade em geral;
- f) Acompanhamento e encaminhamento de situações identificadas, para instâncias competentes;
- g) Celebração de acordos, protocolos e parcerias com outras entidades;
- h) Outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos dos cidadãos.

A Instituição "secundariamente" prossegue outros fins não lucrativos compatíveis com os anteriores, nomeadamente:

- a) Desenvolver a propaganda e valorização do seu património artístico, arqueológico, etnográfico e folclórico, bem como das suas belezas naturais e ainda atividades desportivas, recreativas e culturais dos associados, o convívio social e a cooperação com outros organismos oficiais e particulares;
- b) Ser fator de desenvolvimento local e regional com investimentos sustentáveis, com aposta na coesão social e no combate ao desemprego;
- c) Na continuidade das suas atividades, procurará criar sempre as condições necessárias para contribuir para a salvaguarda dos valores de igualdade de oportunidades.

Os saldos económicos dos fins "secundários", quando existam, destinam-se obrigatoriamente, a financiar os fins principais de âmbito social.

O seu âmbito de ação abrange a freguesia de Avô, povoações e concelhos limítrofes, podendo mesmo ser de âmbito nacional.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;



- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

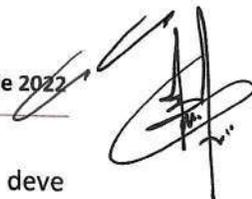
Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou



menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua



vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.



Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.



De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber



Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar



As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos

como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

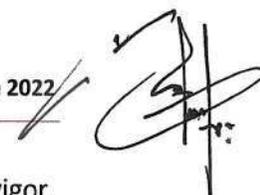
Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,0% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.



As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	15.370,56	1.423,41				16.793,97
Edifícios e outras construções	2.392.658,60	26.424,23				2.419.082,83
Equipamento básico	203.162,36	11.096,49				214.258,85
Equipamento de transporte	67.532,76					67.532,76
Equipamento administrativo	13.339,99					13.339,99
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	122.464,06					122.464,06
AFT em curso	3.690,00	10.070,12				13.760,12
Total	2.818.218,33	49.014,25	0,00	0,00	0,00	2.867.232,58
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	1.196.823,93	51.287,96				1.248.111,89
Equipamento básico	185.779,53	4.071,09				189.850,62
Equipamento de transporte	65.307,18	2.225,58				67.532,76
Equipamento administrativo	13.113,80	226,19				13.339,99
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	111.285,12	1.752,72				113.037,84
Total	1.572.309,56	59.563,54	0,00	0,00	0,00	1.631.873,10

Descrição	2021			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	



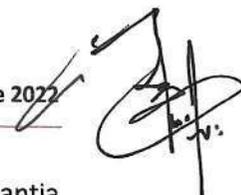
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	16.793,97		415,70			16.378,27
Edifícios e outras construções	2.419.082,83		26.424,23			2.392.658,60
Equipamento básico	214.258,85					214.258,85
Equipamento de transporte	67.532,76	42.416,83				109.949,59
Equipamento administrativo	13.339,99					13.339,99
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	122.464,06	9.676,47				132.140,53
AFT em curso	13.760,12					13.760,12
Total	2.867.232,58	52.093,30	26.839,93	0,00	0,00	2.892.485,95
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	1.248.111,89	51.108,77				1.298.744,06
Equipamento básico	189.850,62	4.974,41				194.825,03
Equipamento de transporte	67.532,76	3.543,95				71.076,71
Equipamento administrativo	13.339,99	0,00				13.339,99
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	113.037,84	2.206,38				115.244,22
Total	1.631.873,10	61.833,51	0,00	0,00	0,00	1.693.230,01

Descrição	2022			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis



A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	522,63					522,63
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	522,63	0,00	0,00	0,00	0,00	522,63
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	522,63					522,63
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	522,63	0,00	0,00	0,00	0,00	522,63

Descrição	2021			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	522,63					522,63
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
AFI em curso		27.416,96				27.416,96



Total	522,63	0,00	0,00	0,00	0,00	27.939,59
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	522,63					522,63
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	522,63	0,00	0,00	0,00	0,00	522,63

Descrição	2022			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Locações

Em 2022 a Entidade não detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	2.184,20	0,00	2.184,20
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	2.184,20	0,00	2.184,20

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2022			2021		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano				2.184,20	17,38	2.201,59
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	2.184,20	17,38	2.201,59

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021			2022			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	12.647,16	184.486,32	-35.838,41	14.305,48	192.499,24	-38.321,49	15.681,54
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	12.647,16	184.486,32	-35.838,41	14.305,48	192.499,24	-38.321,49	15.681,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				146.989,59			152.801,69
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	528.469,59	471.774,78
Quotas e joias	1.970,00	1.865,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços Secundários	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	30,00
Total	530.439,59	473.669,78

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	453.927,87	408.252,13
IAPMEI	560,00	169,00
Autarquias/Juntas Freguesia	0,00	275,00
IEFP	12.781,49	21.990,30
Outros	669,19	584,21
Apoios do Governo		
Total	467.938,55	431.270,64

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2022	2021
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados

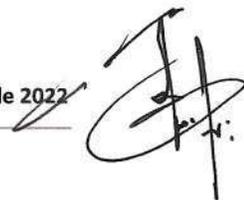
O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram, respetivamente "3" e "3".

Os órgãos diretivos não usufruem remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de "32" e em 31/12/2021 foi de "33".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Orgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	425.249,88	361.321,51
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	87.941,41	75.174,31
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.854,39	5.987,43
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.610,60	30.079,16
Total	518.656,28	472.562,41



16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	4.418,72	3.734,36
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	4.418,72	3.734,36

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	9.005,02	9.190,02
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-8.460,02	-8.675,02
Total	545,00	515,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00

Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	350,00	2.650,00
Utentes	15.666,28	13.617,30
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	2.940,00	2.940,00
Total	18.956,28	19.207,30

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2022	2021
Clientes		
Utentes	-2.940,00	-2.940,00
Total	-2.940,00	-2.940,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	5.463,40	2.430,40
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	9.243,83	3.529,69
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	14.707,23	5.960,09

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3.468,29	2.403,40
Outros	200,19	477,31

	Total	3.668,48	2.880,71
Rendimentos a Reconhecer			
Comparticipações Segurança Social		27.311,55	0,00
		0,00	0,00
Total		27.311,55	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2022	2021
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	414,84	642,02
Depósitos à ordem	664.547,71	504.080,88
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	664.962,55	504.722,90

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2.684,37	0,00	0,00	2.684,37
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1.323.191,42	246.509,83	0,00	1.569.701,25
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	81.493,88	4.222,18	0,00	85.716,06
Total	1.407.369,67	250.732,01	0,00	1.658.101,68

Durante o ano de 2022 procedeu-se à alienação dos Imóveis recebidos por herança de D^a Selina Augusta da Gama Marques, procedendo-se a transferência da importância 16.694,50€, registada na conta 5941, para Resultados Transitados.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	49.264,59	27.834,62
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00



Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	49.264,59	27.834,62

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.305,20	2.933,55
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	2.305,20	2.933,55
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.550,00	5.327,25
Segurança Social	18.057,09	16.901,44
Outros Impostos e Taxas	127,96	139,68
Total	23.735,05	22.368,37

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		25.387,18		30.300,70
Credores por acréscimo de gastos		70.020,00		59.558,54
Outros credores		503,82		7.247,44
Total	0,00	95.911,00	0,00	97.106,68

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

Descrição	2022	2021
	-0	-0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
-----------	------	------

Subsídios do Estado e outros entes públicos	467.938,55	431.270,64
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	8.590,44	188.842,40
Legados	0,00	0,00
Total	476.528,99	620.113,04

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	84.347,01	77.956,79
Materiais	26.111,82	27.984,12
Energia e fluidos	68.952,92	46.020,18
Deslocações, estadas e transportes	251,35	249,70
Serviços diversos	41.077,30	38.948,65
Total	220.740,40	191.159,44

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	2.846,00	3.549,20
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	3,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	1,57	5,89
Rendimentos em investimentos não financeiros	48.306,67	9.407,17
Outros rendimentos	10.950,89	7.777,22
Total	62.105,13	20.742,48

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	500,74	632,53
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,27	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	2,61	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	16.173,20	3.686,98
Total	16.676,82	4.319,51

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	17,78	73,79
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	3.908,20	4.039,17
Total	3.925,98	4.112,96
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	30,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	30,00
Resultados Financeiros	-3.925,98	-4.082,96

17.18. Perdas por Imparidade

Descrição	Perdas por imparidade		Reversões de perdas por imparidade	
	2022	2021	2022	2021
Em quotas a receber de associados		6.002,52	215,00	
Totais		6.002,52	215,00	

17.19 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

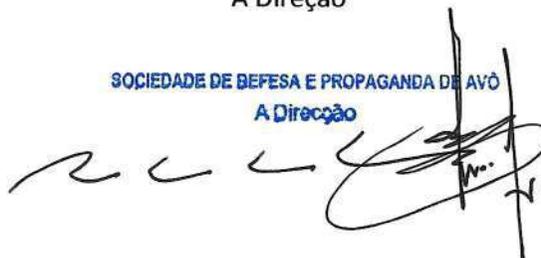
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Avô, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

A Direção

SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE AVÔ
A Direcção



ACTA

Aos vinte e seis dias do mês de Março de dois mil e vinte e três pelas quinze horas e trinta minutos, no Salão Isabel Maria Mesquita, no Centro Cultural Doutor Vasco de Campos, reuniram em Assembleia Geral Ordinária os associados da Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô, Instituição Particular de Solidariedade Social, presidida pela senhora Dra. Anabela Veloso Abrantes, eleita por voto secreto antes do início dos trabalhos, em virtude da ausência, no estrangeiro, do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, ladeada pela primeira Secretária Maria José da Costa Gonçalves e pela segunda Secretária Flávia Nunes São Bento, com a seguinte, -----

Ordem de Trabalhos:-----

1 - Leitura e Aprovação da Acta da Assembleia Geral Ordinária de 27 de Novembro de 2022; -----

2 - Apresentação, Discussão e Votação do Relatório e Contas da Gerência “do Exercício de 2022, e do Parecer do Conselho Fiscal;-----

3 - Outros Assuntos de interesse para a Instituição. -----

Aberta a sessão, a senhora Presidente da Mesa, Dra Anabela Veloso Abrantes, com as boas vindas a todos os presentes, agradeceu a sua presença lamentando a já habitual reduzida presença de associados. -----

No cumprimento do primeiro ponto da ordem de trabalhos, solicitou à primeira secretária Maria José da Costa Gonçalves que procedesse à leitura da Acta da Assembleia Ordinária de vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

Posta à votação, a Acta foi aprovada por unanimidade. -----

Entrando no segundo ponto da ordem de trabalhos, a senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Direcção, senhor Manuel Nunes, que começou por comunicar à Assembleia que, no passado dia catorze de Março, se havia realizado uma Reunião Extraordinária da Direcção da Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô, para apreciação, análise e discussão das “Contas” e “Demonstração de Resultados” do Exercício de 2022, com a presença de todos os seus membros efectivos: Presidente Manuel Nunes, Vice- Presidente Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Secretário Manuel da Silva Fernandes, Tesoureiro Diogo Mário Nunes Antunes e o vogal Fernando Manuel Quintino Gonçalves, que as aprovaram por



unanimidade. -----

Disse que, para assistir a esta Reunião, foram também convidados os senhores Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, Dr. António José Rodrigues Gonçalves e do Conselho Fiscal, Dr. Ernesto Augusto Rodrigues, que, por motivos pessoais não podendo estar presentes, declararam a sua anuência e solidariedade para todas as decisões e deliberações que pela Direcção viessem a ser tomadas. -----

O senhor Presidente da Direcção informou também que, no mesmo dia e local, pelas dezassete horas, se tinha realizado uma outra reunião de trabalho na qual participaram os senhores Presidente da Direcção, Manuel Nunes, Secretário, Manuel da Silva Fernandes e Tesoureiro, Diogo Mário Nunes Antunes. Também estiveram presentes naquela reunião a senhora Directora Técnica, Dra Anabela Veloso, o senhor Arquitecto Ângelo Gonçalves, do Gabinete de Arquitectura AMG, Lda., autor do projecto em curso para a ampliação da ERPI, e ainda o senhor José João Nunes Mendes, da empresa Alvaquece, Lda., assessorando a Direcção nas áreas da energia e serviços técnicos.-----

Disse que a reunião se destinou à reposição, reapreciação e análise de um novo projecto destinado á manutenção da ampliação da capacidade da ERPI, para a criação de mais cerca de vinte e duas novas vagas, em princípio destinadas a utentes “Sem acordos de Cooperação com a segurança Social”, com a construção de um novo equipamento na continuidade dos existentes, mas no respeito da linha arquitetónica e conceito do projecto inicial aprovado e submetido ao apoio do PRR. -----

Continuando, disse que a reposição do novo projecto de ampliação da actual capacidade da ERPI, representando uma importante alavancagem na estrutura financeira existente, se deve ao não enquadramento do projecto anterior na “Candidatura ao PRR - Requalificação e Ampliação da ERPI”, que, já devidamente apresentado e esclarecido em pormenor na Assembleia Geral Ordinária do dia vinte sete de novembro de dois mil e vinte e dois, não foi enquadrado naquela medida de apoio. -----

O Senhor Presidente informou ainda que para uma indispensável avaliação prévia da capacidade financeira para a execução do projecto, foram solicitadas ao Gabinete Financeiro de Estudo e Projectos: “Soma Eficaz, Unipessoal, Lda”, autora do estudo e projecto financeiros iniciais, as seguintes simulações indicativas: -----

A) Partindo dos elementos disponíveis, com base no Estudo Prévio para a reposição do projecto, e no previsual valor da obra, determinar a capacidade para a sua execução; -----

A
3
Handwritten initials and a circled number 3.

B) Com base nos elementos contabilísticos da Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô disponíveis, prever a sua capacidade financeira de endividamento para a efectiva execução do Projecto. -----

Dois processos de cálculo diferentes, mas destinados à determinação de um mesmo objectivo: A efectiva capacidade de endividamento da Instituição para uma segura e sustentada execução do Projecto, a que há já longo tempo a Instituição se propõe, e ambiciona executar. -----

O Senhor Presidente esclareceu que, não sendo viável, possível ou aconselhável, com suporte nas simulações financeiras solicitadas à firma “Soma Eficaz, Unipessoal, Lda., a execução do Projecto de Ampliação da ERPI, se passará à efectiva execução de investimentos diversos que têm vindo a ser adiados, em detrimento daquele que tem sido o objectivo principal: “A construção da ampliação da estrutura existente”. -----

Desses investimentos, pelo peso financeiro que representa na exploração, primeiro, pelas maiores autonomia, eficiência e independência energéticas, iniciar-se-á a instalação de painéis solares localizados, não só nos edifícios da “Ala Azul” e “Ala Amarela” do Lar, como também do Centro Cultural. Este investimento rondará um custo global de cerca de: 64.000,00€ + IVA, investimento que poderá ser concretizado com o suporte integral em capitais próprios; através duma Linha de Crédito: “Energia Solar EDP – Bairro Social”; ou outra que possa apresentar-se mais favorável para o efeito, embora de qualquer destes programas possam advir custos comerciais, na energia consumida em horas solares e não solares por, como seria desejável, não incluírem acumuladores de energia. -----

Disse também que, outro investimento a concretizar será a construção de uma estrutura coberta destinada à recolha do parque automóvel, que passará pela construção da estrutura coberta para recolha e protecção do parque automóvel da Instituição, composto por sete viaturas. -----

A consolidação do talude fronteiro às instalações da Instituição, em grelha de betão, para contenção de terras e jardinagem, será igualmente outro investimento a realizar. -----

O Senhor Presidente informou que os normais serviços de manutenção em curso decorrem dentro da normalidade merecendo, pelo seu valor, destaque a substituição dos cortinados do refeitório e a impermeabilização e pintura exterior da Ala Amarela, a efectuar, uma vez que as infiltrações que se têm verificado se refletem na degradação das pinturas interiores em geral, com destaque nos quartos virados a sul. -----

O Senhor Presidente, sobre os recursos humanos, referiu que tem sido muito difícil, não só o recrutamento de pessoal, como também a sua fixação o que dificulta a estabilização do quadro

de pessoal e conseqüentemente a qualidade dos serviços prestados, que importa preservar! Informou ainda que de acordo com o CCT, ao abrigo da convenção entre a CNIS e a FSTF e Sociais, aplicável aos trabalhadores da Instituição, foi criado a partir de janeiro de dois e vinte e um, o enquadramento profissional de “Ajudante de Acção Directa Principal” para trabalhadores titulares de Certificado de Qualificação de Nível 2 do QNQ. -----

Assim e porque era um direito que lhes assistia algumas funcionárias solicitaram a sua reclassificação profissional a que julgavam ter direito, porém, não evidenciando a formação específica exigida em “Agente de Geriatria”, não foi possível satisfazer as suas pretensões, por não possuírem os requisitos formalmente determinados para o efeito. -----

O Senhor Presidente informou também que, por decisão da Direcção, foi decidido dispensar transportes da Instituição a funcionárias que se deslocam mais de vinte kilometros para a Instituição em substituição dos quarenta euros que tinham sido atribuídos como complemento. Nas actividades de manutenção e conservação, procedeu-se também ao desmatamento e limpeza da “Quinta do Mineral” bem como a uma, prevista, reflorestação, já devidamente autorizada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). -----

Na sequência da vedação de toda a propriedade, tendo-se procedido ao pedido de licenciamento para a regularização do acesso a partir da EN 342, com: vedação, muro de suporte e contenção de terras e portão, tendo a Infraestruturas de Portugal,SA. exigido projecto de arquitetura, emitiu a licença para a execução dos trabalhos, em nove de Março de dois mil e vinte e três. -----

O Senhor Presidente da Direcção continuou com a apresentação do “Balanço” e “Demonstração de Resultados” do ano de dois mil e vinte e dois, destacando os seguintes indicadores: -----

- ACTIVO CORRENTE: 717.886,28€, dos quais 664.962,55€ são Caixa e Depósito à Ordem;
- RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: 94.654,03€, que tendo em atenção a última advertência da Segurança Social e, também do Parecer do Conselho Fiscal, deve ser transferido para a Conta de “Resultados Transitados”. -----

Disse ainda que o Resultado do Exercício de dois mil e vinte e um tendo sido influenciado pela receita extraordinária da herança em numerário de Selina Augusta da Gama Marques, também o Resultado do Exercício de dois mil e vinte e dois se encontra igualmente influenciado em: 43.806,67€, resultante da venda da mesma herança imobiliária, pelo que o Resultado Líquido real de 2022, seria efectivamente de: 51.847,36€, valor que vem na linha do resultado

constituirá uma preocupação para o país em geral, afetando o sector da economia social em particular. -----

Deve ser referido que o crescimento da conta “Outros Rendimentos” no valor de: 41.362,65€, se deveu à venda dos bens imobiliários da herança de Selina Augusta da Gama Marques, o que influenciou também o aumento do saldo de caixa e depósitos bancários. -----

O Senhor Presidente da Direcção deu a palavra ao Tesoureiro Dr. Diogo Mário Nunes Antunes que, detalhadamente, apresentou os mapas de “Controlo de Resultados da Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô” com evolução comparativa desde 2019. -----

Deu explicações às questões que surgiram sobre algumas rubricas, na sequência do que havia sido dito pelo Sr. Presidente, dizendo que as rubricas com maiores gastos foram: “Gastos com o Pessoal” e os “Fornecimentos e Serviços Externos”, e que devido à inflação estes valores terão ainda tendência para aumentar. -----

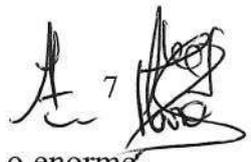
Depois da apresentação do Senhor Tesoureiro, tomou da palavra o associado Sr. Eng. António Afonso Jorge, para dizer que, para apresentação das contas, não era necessário tanto pormenor, pois a maior parte dos sócios não entende esta contabilidade, podendo ser apresentadas de forma mais sucinta de modo a que todos os associados as entendessem melhor. -----

O Sr. Presidente esclareceu que as Contas são assim, e bem, apresentadas porque assim é legalmente exigido. Disse ainda que a gestão tem sido, e continuará a ser, feita de maneira criteriosa e sustentável, não pondo em causa a solvabilidade e sustentabilidade da Instituição.

O Senhor Presidente da Direcção, a título de informação, disse que da viatura eléctrica adquirida ao abrigo do Concurso ao “PRR - Mobilidade Verde Social”, que já se encontra ao serviço da Instituição, e integralmente paga no montante de 42.361,53€ (quarenta e dois mil trezentos e sessenta e um euros e cinquenta e três cêntimos), com o apoio financeiro elegível aprovado de 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), apenas foram, por enquanto, recebidos 17.500,00€ (dezassete mil e quinhentos euros) . -----

Por fim o Senhor Presidente lançou o incentivo para que, todos os associados, aquando da entrega das suas Declarações do IRS, assinalem a consignação de: 0,5% , a favor da Instituição Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô com o nº de contribuinte 500 968 705, por conta da qual, desde 2019 já foram recebidos: 2.443,15€, (dois mil quatrocentos e quarenta e três euros e quinze cêntimos). -----

De seguida, na qualidade de Directora Técnica/Assistente Social, tomou da palavra a Senhora Dra. Anabela Veloso, que apresentou o Relatório de Atividades referente ao ano de 2022.-----



Iniciou a sua intervenção com uma reflexão sobre o valor da “PESSOA”, referindo o enorme privilégio de poder comunicar e aprender todos os dias com pessoas que acrescentam muito, tanto a nível interpessoal como cultural. Referiu que os dias de hoje, caminham cada vez mais para o virtual e, manter a qualidade e o fortalecimento destes vínculos exigem, dedicação, empatia, ajuda, cooperação, e uma mistura equilibrada entre razão e emoção. Reconheceu que a “A Solidariedade é o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana” porque cuida e reduz os impactos negativos causados pelas insuficiências. -----

Prosseguindo, atualizou a informação sobre a Estrutura Funcional de suporte às respostas de ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), SAD (Serviço de Apoio Domiciliário) e CD (Centro de Dia), dizendo que a 31 de dezembro de 2022 faziam parte do quadro operativo da Instituição 33 Colaboradores distribuídos pelos diferentes sectores. Informou que neste período em análise a taxa de absentismo reduziu e que o grupo de trabalho se apresentou mais sólido, quando comparado com o ano 2021. Esta redução permitiu uma maior estabilidade dos serviços, nomeadamente o gozo do período de férias correspondente a cada colaborador, dentro do prazo que se aproxima da regularidade. Sobre estes Recursos, realçou que o Capital Humano está intrinsecamente relacionado com a dinâmica e rendimento dos serviços, e que as ausências acabam por gerar uma série de ocorrências que, inevitavelmente, penalizam o desempenho regular da atividade. -----

Expôs uma breve caracterização dos beneficiários, utilizadores das três Respostas Sociais. No que diz respeito à frequência média evidenciou: 66 Utentes em ERPI, sendo a resposta mais expressiva praticada pela Instituição, 16 Utentes em SAD e, 3 Utentes em CD no primeiro semestre, tendo sido frequentada a resposta por apenas 1 Utente no segundo semestre. Esclareceu ainda que dos 66 Utentes residentes, 24 elementos ocupam a Ala Amarela, e 42 elementos ocupam a Ala Azul. Quanto ao género população residente, destacou a prevalência do género feminino, representando o género masculino menos de um terço desta comunidade. Complementa, dizendo que a média de idades da população em ERPI baixou dos 84 anos para 83 anos, a média de idades dos beneficiários em SAD subiu de 78 anos para 81 anos e, uma redução mais acentuada na média de idades em CD, de 66 anos para 59 anos, facto que ficou a dever-se à desistência dos dois elementos mais velhos que frequentavam a resposta -----

A Dr^a Anabela Veloso fez um balanço sobre a atividade desenvolvida no período em análise. Destacou a forma como a Instituição conseguiu lidar com os factores stressantes ao longo do ano 2021 e os transformou numa aprendizagem. Disse que capacidade de resiliência

organizacional perante a adversidade, permitiu à Instituição adaptar-se, aprender e evoluir, retomando em 2022 o seu equilíbrio. Como exemplo, referiu o aumento progressivo do número de pessoas inscritas, que aguardam vaga em ERPI, equiparando-os aos rácios dos anos que antecederam a pandemia. Considerou as 66 inscrições do ano, uma manifestação de segurança por parte das famílias, sinal que continuam a confiar no trabalho da Instituição. -----

A Dra. Anabela Veloso realçou a importância do Protocolo de Cooperação celebrado entre a Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô e o Instituto da Solidariedade e Segurança Social. Informou que o mesmo continua assente numa Parceria robusta, com partilha de objetivos e interesses comuns, mediante a repartição de obrigações e responsabilidades, com vista ao desenvolvimento das Respostas. Referiu que a operacionalização e o cumprimento deste Protocolo tem contribuído para o equilíbrio e sustentabilidade da Instituição, condição demonstrada anualmente aos sócios em Assembleia Geral. Relativamente a este ponto, esclareceu que a perspetiva financeira não é o foco definido pela Instituição para cada ano. Mas, que a estratégia e o planeamento passarão, naturalmente, pela gestão eficiente de recursos com atenção especial na minimização de custos. Reforçou que os superávits ou os lucros nunca podem ser considerados como algo negativo numa entidade, porque são uma parte essencial para a sua longevidade. -----

Para concluir a sua intervenção, a Dra. Anabela Veloso falou sobre as Actividades Socioculturais informando que as mesmas foram adaptadas às circunstâncias, com dinâmicas diárias em ambiente Institucional e com algumas saídas em grupo, envolvendo apenas os utentes da instituição. Desejou que em 2023 possa ser possível concretizar o Plano das Actividades previstas, uma vez que a perspetiva da OMS é animadora. -----

No seguimento da Ordem de Trabalhos, tomou da palavra o Senhor Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Ernesto Augusto Rodrigues, referindo que, devidamente esclarecido e considerando que as “Contas do Exercício “ e a prática contabilística seguida, estão de acordo com as normas contabilísticas e legislação aplicáveis, submete à apreciação e votação da Assembleia Geral o “ Parecer Favorável do Conselho Fiscal” propondo a sua aprovação, advertindo que o “Resultado do Exercício”, também e mediante a aprovação da Assembleia, deverá ser transferido para a Conta de “Resultados Transitados”-----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, em regime de substituição, após a sua análise e apreciação, colocou à votação dos presentes, os documentos referentes ao “Relatório e Contas do Exercício de 2022” ao “Parecer do Conselho Fiscal”, e á transferência dos “Resultados do

Exercício”, que foram aprovados por unanimidade dos votos. -----

Para terminar, e porque não houve por parte dos associados presentes mais quaisquer questões a colocar, tomou de novo da palavra a Senhora Presidente da Mesa, agradecendo a presença de todos os associados. -----

Deixou também uma palavra de louvor à Direcção e a todos os colaboradores da Instituição.

Não havendo mais nada a tratar a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia em deu os trabalhos por encerrados. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em Substituição: Juabela Veiga Brantes

A 1ª. Secretária: Lucrecia Joazeira Goncalves

A 2ª. Secretária: Ilvina Nunes dos Santos